

PODER

Novo inquérito para Bolsonaro

Moraes manda investigar declaração do presidente, que em live relacionou a vacina contra a covid-19 à Aids

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, a abertura de mais um inquérito contra Jair Bolsonaro. Agora, as investigações vão se concentrar nas declarações falsas do presidente da República sobre a relação entre as vacinas contra a covid-19 e a infecção pelo vírus da Aids — este é o quinto inquérito contra o chefe do Executivo na Corte desde que ele assumiu a Presidência. Moraes determinou, ainda, que o presidente seja suspenso por 15 dias das redes sociais que mantêm e são administradas pelo filho, o vereador Carlos Bolsonaro.

Na live semanal de 21 de outubro, exatamente um dia depois de o relatório da CPI da Covid ter sido lido no Senado, o presidente citou uma notícia falsa sobre pessoas que tomaram duas doses da vacina contra o novo coronavírus no Reino Unido e passaram a desenvolver

Nelson Jr./SCO/STF



Ministro decidiu também que presidente tem que ficar longe das redes sociais por 15 dias

Aids. Cientistas do mundo todo desmentiram as declarações. As redes sociais Instagram, Facebook e YouTube determinaram a remoção do vídeo de todas

as plataformas. No dia anterior à transmissão, foi apresentado o pedido do indiciamento de Bolsonaro por 11 crimes relacionados à sua postura no

enfrentamento à pandemia. “Não há dúvidas de que as condutas noticiadas do presidente da República, no sentido de propagação de notícias

fraudulentas acerca da vacinação contra o covid-19 utilizam-se do modus operandi de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, revelando-se imprescindível a adoção de medidas que elucidem os fatos investigados, especialmente diante da existência de uma organização criminosa”, escreveu Moraes na decisão.

Organização criminosa

O ministro associou as declarações de Bolsonaro à atuação da organização criminosa investigada no inquérito das fake news no Supremo, no qual o presidente também é alvo. A investigação foi instaurada a pedido do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que encaminhou o requerimento ao STF na reta final da pandemia para que averiguasse as declarações do presidente por, segundo ele, fazerem parte de um “contexto bastante mais amplo de sucessivas e reiteradas

manifestações criminosas”.

Antes de ser convertida em inquérito, a ação no Supremo também analisava o pedido do presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), para instaurar uma investigação policial contra Bolsonaro com o objetivo de avançar nas apurações dos crimes apontados pelo relatório final da comissão, assim como garantir a aplicação de medidas cautelares na esfera penal contra o presidente e suspender suas redes sociais.

Na decisão de ontem, Moraes afirmou que a CPI “tem legitimidade para pleitear a apuração” e que “é indispensável que sejam informados e apresentados no âmbito do procedimento que aqui (STF) tramita, documentos que apontem em quais circunstâncias as investigações estão sendo conduzidas, com a indicação das apurações preliminares e eventuais diligências que já foram e serão realizadas.

Recusa em se imunizar

» INGRID SOARES
» LUANA PATRIOLINO

Se André Mendonça conta com a vacinação de Jair Bolsonaro para que participe da cerimônia de posse, no Supremo Tribunal Federal (STF), dia 16, vai se decepcionar. Na live da última quinta-feira, o presidente deixou claro que vai continuar sem tomar o imunizante.

“Muita gente, de esquerda em especial, querendo a minha morte. Se quer a minha morte, por que fica querendo exigir que eu tome a vacina? Deixa eu morrer, o problema é meu”, reclamou.

Assim, a única alternativa para Bolsonaro estar presente à posse de Mendonça como 11º integrante da Corte é a apresentação de um teste negativo para covid-19,

realizado 72h antes, conforme prevê o protocolo sanitário adotado pelo STF — baixado pelo ministro Luiz Fux, no final de outubro. Outra coisa que continua obrigatória nas dependências do Supremo é o uso das máscaras, proteção contra a qual Bolsonaro se insurgiu inúmeras vezes.

Horas antes da live em que, mais uma vez, desprezou a vacinação contra a covid-19, Bolsonaro criticou o passaporte da vacina — atacou os governadores e prefeitos que o exigem, ao afirmar que estão “extrapolando”; disse que o país “não aguenta mais” um novo lockdown; e voltou a defender a liberdade vacinal — “vamos respeitar esse direito de cada um de nós”, disse, em evento no Palácio do Planalto.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Mendonça herda estoque de ações de Marco Aurélio Mello

Processos polêmicos

O novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, vai herdar 991 processos que estavam sob relatoria do seu antecessor, o ministro aposentado Marco Aurélio Mello — que se retirou da Corte em julho deste ano. Mas o que está incomodando um grupo de apoiadores do julgamento de temas considerados polêmicos — alguns deles abordarão questões como o bloqueio de perfis de bolsonaristas nas redes sociais, a prisão após condenação em segunda instância e os direitos da comunidade LGBTQIA+.

Durante sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que aprovou seu nome — depois ratificado pelo plenário da Casa —, Mendonça foi questionado pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES) sobre o casamento homoafetivo e, na resposta, sinalizou que defenderia os direitos

da população LGBTQIA+. A prova de fogo é porque o novo ministro será obrigado a dar o voto de desempate no julgamento que analisa se as detentas transsexuais e travestis têm o direito de optar por cumprir a pena em presídios destinados aos gêneros com os quais se identificam.

A ação foi apresentada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros. O caso foi encaminhado ao plenário virtual do Supremo, onde o julgamento foi suspenso depois do empate em 5 a 5. O presidente do STF, Luiz Fux, aguardava a nomeação do 11º ministro para marcar a data de retomada da votação, que deverá ser incluída no calendário de 2022.

Mendonça também vai participar de votações de interesse do governo Bolsonaro, como o marco temporal para demarcação de terras indígenas — ao qual o Palácio do Planalto é favorável — e a derrubada dos decretos de flexibilização armamentista. (LP e IS)

XVII Fórum Jurídico

(on-line)





Participação especial

Txai Suruí

Etnia Paeter Suruí, Estudante de Direito, Ambientalista que discursou na abertura da 26ª COP26, em Glasgow, na Escócia. Atua no Núcleo Jurídico da Associação de Defesa Etnoambiental-Kanindé para povos da Amazônia. Criadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia




A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

6 de dezembro de 2021 - 9h

Justa homenagem ao saudoso Desembargador, Jurista, Ambientalista e Professor Eladio Luiz da Silva Lecey



PALESTRANTES CONVIDADOS

ABERTURA: **Ministro do STJ, Dr. Herman Benjamin** - A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

Ministro do STF, Dr. Carlos Ayres Brito - O Direito Fundamental da Posse Imemorial dos Povos Indígenas no Brasil, sem barreiras do marco temporal

Líder das Causas Indígenas no Brasil, Txai Suruí - A Proteção dos Povos Indígenas e dos Ecossistemas da Amazônia, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

Promotora de Justiça no Estado do Pará, Dra. Eliane Moreira - A proteção da Amazônia e o Poder Judiciário

Procurador Regional da República, Dr. Felício Pontes - O Direito Fundamental ao Território das Comunidades Quilombolas no Brasil

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Desembargador Federal Souza Prudente (Diretor da Esmaf)

Desembargador Federal Wilson Alves de Souza (Vice-diretor da Esmaf)

Juiz Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos (Coordenador Pedagógico da Esmaf)

MEDIADORA TEMÁTICA

Desembargadora Federal Mônica Sifuentes



www.youtube.com/c/ESMAFTRF1aRegião

* Não há necessidade de inscrição prévia

* Link para emissão de certificado durante transmissão

Informações pelo e-mail: esmaf@trf1.jus.br